
DISPUTAS TERRITORIAIS NA REGIÃO PRODUTORA DE GRÃOS NO PIAUÍ - CONFLITOS E RESISTÊNCIAS 2016 - 2023

Manuela Nunes **LEAL**

Doutora em Geografia pela Universidade Federal de Sergipe,
Professora do Curso de Geografia da Universidade Estadual do Piauí, Teresina – Piauí.

E-mail: manuelanunes@ccm.uespi.br

Orcid: <https://orcid.org/0009-0009-2077-0866>

Maria da Paz da Cruz Vitorio de **OLIVEIRA**

Pós-graduanda em Educação e Gestão Ambiental pela Universidade Estadual do Piauí,
Mestra em Geografia pela Universidade Federal do Piauí, membro do Grupo de Pesquisa
Geodiversidade, Geopatrimônio e Geoconservação - GEOCON - da UFPI.

E-mail: mpv.oliveira03@gmail.com

Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-7144-263X>

Recebido
Setembro/2025

Aceito
Junho/2026

Publicado
Junho/2026

Resumo: O presente artigo analisa as disputas territoriais na região produtora de grãos frente à dinâmica do agronegócio e sua cadeia produtiva, evidenciando os impactos socioespaciais nos últimos anos. O encaminhamento metodológico utilizado foi: a pesquisa bibliográfica sobre as seguintes categorias teóricas fundamentais para pesquisa: território, produção do espaço, agronegócio, povos tradicionais e conflitos no campo. O segundo encaminhamento metodológico foi leitura e análise dos relatórios do Centro de documentação Dom Tomás Balduino (CEDOC)- Comissão Pastoral da Terra, no período 1997 – 2020, além da sistematização e análise das informações encontradas sobre as disputas territoriais no Piauí, com destaque para os municípios produtores de grão. Os conflitos na região produtora de grãos são prova dos desafios e questões para debate e formulação de políticas públicas para regiões produtoras de grãos. Os dados sistematizados revelam a ampliação do agronegócio de grãos e a intensificação dos conflitos territoriais nos municípios produtores. No Piauí, os conflitos por terra e água envolvem as seguintes

categorias: famílias de posseiros, assentados, pequenos proprietários, indígenas, sem-terra e ribeirinhos, versos fazendeiros, grupos empresariais vinculados à cadeia produtiva de grãos, especuladores de terras, grileiros, políticos e grupos financeiros. Conclui-se que é medida urgente a regularização dos territórios das famílias em situação de conflito, bem como a proteção necessária para garantir condições mínimas de dignidade no sentido de que as famílias possam ter seus costumes e direitos respeitados, tais como seus direitos a terra, soberania alimentar e condições de trabalho, contribuindo, dessa forma, para a economia local.

Palavras-chave: conflitos no campo; disputas por terra e água; Agronegócio; MATOPIBA piauiense; comunidades tradicionais.

TERRITORIAL DISPUTES IN THE GRAIN-PRODUCING REGION OF PIAUÍ: CONFLICTS AND RESISTANCE 2016 – 2023

Abstract: This article analyzes territorial disputes in the grain-producing region in the context of agribusiness dynamics and its supply chain, highlighting the socio-spatial impacts observed in recent years. The methodological approach involved a literature review focusing on the following theoretical categories fundamental to the research: territory, the production of space, agribusiness, traditional peoples, and rural conflicts. The methodological approach used was bibliographical research into the following key theoretical categories: territory, production of space, agribusiness, traditional peoples and conflicts in the countryside. The second methodological step was to read and analyse the reports from the Dom Tomás Balduino Documentation Centre (CEDOC)-Pastoral Land Commission, from 1997 to 2020, as well as systematizing and analysing the information found on territorial disputes in Piauí, with an emphasis on the grain-producing municipalities. The conflicts in the grain-producing region are proof of the challenges and issues for debate and the formulation of public policies for grain-producing regions. The systematized data reveals the expansion of grain agribusiness and the intensification of territorial conflicts in grain-producing municipalities. In Piauí, conflicts over land and water involve the following categories: squatters' families, settlers, small landowners, indigenous people, landless people and riverside dwellers versus farmers, business groups linked to the grain production chain, land speculators, land grabbers, politicians and financial groups. The conclusion is that there is an urgent need to regularize the territories of families in conflict situations, as well as the necessary protection to guarantee minimum conditions of dignity so that families can have their customs and rights respected, such as their rights to land, food sovereignty and working conditions, thus contributing to the local economy.

Keywords: conflicts in the countryside; land and water disputes; agribusiness; MATOPIBA Piauí; traditional communities.

DISPUTAS TERRITORIALES EN LA REGIÓN GRANERA DE PIAUÍ: CONFLICTOS Y RESISTENCIAS 2016 - 2023

Resumen: Este artículo analiza las disputas territoriales en la región productora de granos, en el contexto de la dinámica de la agroindustria y su cadena de suministro, destacando los impactos socioespaciales observados en los últimos años. El enfoque metodológico consistió en una revisión bibliográfica centrada en las siguientes categorías teóricas fundamentales para la investigación: territorio, producción del espacio, agroindustria, pueblos tradicionales y conflictos rurales. El enfoque metodológico utilizado fue la investigación bibliográfico sobre las siguientes categorías

teóricas clave: territorio, producción del espacio, agronegocio, pueblos tradicionales y conflictos en el campo. El segundo enfoque metodológico consistió en la lectura y el análisis de los informes del Centro de Documentación Dom Tomás Balduino (CEDOC) de la Comisión Pastoral de la Tierra, desde 1997 hasta 2020, así como en la sistematización y el análisis de la información encontrada sobre disputas territoriales en Piauí, con especial atención a los municipios cerealeros. Los conflictos en la región cerealera ponen de manifiesto los desafíos y cuestiones que deben ser objeto de debate y de la formulación de políticas públicas para las regiones cerealeras. Los datos sistematizados revelan la expansión del agronegocio de los granos y la intensificación de los conflictos territoriales en los municipios cerealeros. En Piauí, los conflictos por la tierra y el agua involucran a las siguientes categorías: familias de ocupantes ilegales, colonos, pequeños propietarios, indígenas, personas sin tierra y ribereños frente a agricultores, grupos empresariales vinculados a la cadena de producción de granos, especuladores de tierras, acaparadores de tierras, políticos y grupos financieros. La conclusión es que urge regularizar los territorios de las familias en situación de conflicto y garantizarles la protección necesaria para que se respeten sus costumbres y derechos, como el derecho a la tierra, a la soberanía alimentaria y a unas condiciones de trabajo dignas.

Palabras clave: conflictos en el campo; disputas por la tierra y el agua; agronegocios. MATOPIBA de Piauí; comunidades tradicionales.

INTRODUÇÃO

A produção do espaço agrário brasileiro nos últimos anos está marcada fortemente pela territorialização do capital via grandes empresas multinacionais agroindustriais, o agronegócio e suas diversas cadeias produtivas, ou seja, toda estrutura para garantir a lógica produtivista, condições de logística e comercialização das *commodities*. Tal projeto de desenvolvimento para o campo é propalado como a forma de superar a estagnação da economia e a possibilidade viável de aumentar as receitas fiscais diante das exportações e assim resolver os problemas no campo gerando desenvolvimento. No entanto, alguns aspectos merecem atenção. Na tentativa de compreensão dessa realidade, realizamos uma reflexão sobre os conflitos no campo no Estado do Piauí, em especial, nos municípios responsáveis pela produção de grãos.

A ampliação de áreas produtoras de grãos, a abertura de novas fazendas ou incorporação de terras na dinâmica da valorização fundiária na região produtora de grãos, bem como a instalação de empresas vinculadas à cadeia produtiva do agronegócio nos municípios piauienses que integram o MATOPIBA (grande área contígua formada pela confluência de quatro estados daí, o acrônimo formado pelas iniciais do Maranhão, Tocantins, Piauí e Bahia – Jesus, 2018), têm desencadeado um número considerável de conflitos por terra e água no Piauí.

O presente artigo analisa as disputas territoriais na região produtora de grãos frente à dinâmica do agronegócio e sua cadeia produtiva, evidenciando os impactos socioespaciais nos últimos anos. Dentre os objetivos específicos destaca-se: 1) Analisar a ampliação do agronegócio de grãos nos últimos anos; 2) Identificar os conflitos por terra e água na região produtora de grãos no Estado do Piauí no período em análise; 3) Refletir sobre causas e desdobramentos dos conflitos territoriais na região produtora de grãos.

O encaminhamento metodológico utilizado foi: a pesquisa bibliográfica sobre as seguintes categorias teóricas fundamentais para pesquisa: território, produção do espaço, agronegócio, povos tradicionais e conflitos no campo. O segundo encaminhamento metodológico foi leitura e análise dos relatórios do Centro de documentação Dom Tomás Balduino (CEDOC) - Comissão Pastoral da Terra, no período 1997 – 2023, o qual publica (por Estado) anualmente material bibliográfico e um compilado de dados dos conflitos no espaço agrário no Brasil. É importante frisar a importância de centros dessa natureza, os quais registram, divulgam e fazem análise crítica dos conflitos, permitindo a reflexão sobre a realidade do campo brasileiro, além de empoderar os movimentos sociais (CEDOC, 2020). Neste trabalho analisaremos os conflitos por terra e água na região produtora de grãos. Em pesquisas futuras, pretende-se analisar os demais conflitos relacionados à exploração de trabalhadores.

Após consultar os relatórios e a leitura de material em mídias digitais dos movimentos sociais, foi realizada a terceira etapa, no caso, a sistematização e análise das informações encontradas sobre as disputas territoriais no Piauí, com destaque para os municípios produtores de grãos. Além disso, utilizou-se dados do IBGE sobre produção e área cultivada com soja, produto principal da cadeia produtiva instalada no Piauí nas últimas décadas.

Foi utilizado o método crítico-dialético, tendo em vista que a pesquisa versa sobre as disputas territoriais na região produtora de grãos no Piauí. Tal método possui as seguintes características: postura crítica; tentativa de desvelar conflitos de interesse; fundamentação teórica através da eleição e categorias de análise na sua articulação com a realidade estudada; questionamento da visão estática da realidade; resgate da dimensão histórica; concepção de causalidade como inter-relação entre os fenômenos; inter-relação do todo com as partes e vice-versa; da tese com a antítese; dos elementos da estrutura econômica com os da superestrutura social e política (Sposito, 2004, p. 52). Portanto, esse método permitiu a reflexão e os procedimentos

necessários ao debate sobre os conflitos e suas principais consequências na produção do espaço e para os moradores dessa região.

Os dados sistematizados revelam a ampliação do agronegócio de grãos e a intensificação dos conflitos territoriais nos municípios produtores. Os demais conflitos estão atrelados à construção da transnordestina, instalação de projetos de mineração e conflitos trabalhistas, tais como exploração de mão de obra e trabalho escravo.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Expansão do agronegócio e as disputas territoriais no Piauí

A territorialização do capital no campo via agronegócio, agropecuária, agroindústria e os sistemas de engenharia e ações necessárias para produção, distribuição e venda são propalados como saída para enfrentamento do desemprego, geração de divisas e caminho para o desenvolvimento. Porém, essa dinâmica produtiva no campo também é responsável por mudanças na estrutura fundiária levando à concentração de terras, alterações nas relações de trabalho, transformações espaciais, entre outras implicações significativas. Nesse sentido, oportuno destacar as palavras de Elias sobre esse contexto de reestruturação produtiva no território brasileiro,

A terra, o trabalho e o capital foram, durante séculos, os principais fatores da produção agrícola, mas a incorporação de ciência, tecnologia e informação ao seu processo produtivo tem conduzido a horizontes jamais imaginados antes do Período Técnico-Científico-Informacional. Uma transformação essencial é justamente a reorganização da relação entre esses três fatores da produção, já que o aumento da extensão da área cultivada deixou de ser o fator exclusivo de crescimento da produção agrícola, pois o uso intensivo de capital e tecnologias elevou a produtividade do trabalho no setor, cujo avanço ocorria muito lentamente. Instrumento primordial para a modernização da agricultura foi o amplo emprego de máquinas, insumos químicos e biotecnológicos, fornecidos pela atividade industrial, provocando notáveis metamorfoses, seja na atividade humana voltada para a transformação da natureza, que sofreu intenso processo de divisão do trabalho, seja na terra, transformada cada dia mais de terra-matéria em terra-mercadoria (Elias, 2003, p. 60).

O processo de inovações na atividade produtiva não ocorreu de forma homogênea no território brasileiro, sendo criadas verdadeiras regiões funcionais, regiões do fazer, ou melhor, de produção de *commodities*, seja para atender certo grupo do ramo agroindustrial, seja para

transações comerciais na Bolsa de Mercadorias Futuras para buscar maiores lucros. No Brasil, essas novas regiões do fazer estão em franca expansão sob o domínio ou controle de empresas, grupos, conglomerados de multinacionais ou do próprio país, direcionando fluxos de mercadorias, informações e decisões.

São essas mobilidades de pessoas, mercadorias e decisões que têm remodelado o espaço brasileiro, alterando a relação campo e cidade, conformando novas regiões. Portanto, a agricultura brasileira na década de 1990 e no início do século XX se insere no período técnico, científico e informacional, caracterizando-se por fatos que mudaram e configuram uma nova dinâmica espacial. Entre os principais eventos desse período destacam-se

a difusão de novos sistemas técnicos agrícolas com grandes conteúdos em informação (sementes transgênicos, tratores guiados por satélites, zoneamento agroclimáticos, agricultura de precisão); a adoção das políticas neoliberais pelo Estado brasileiro; o novo papel das grandes empresas mundiais de grãos, responsáveis pelo financiamento, armazenamento e transporte da produção; novas alianças entre Estado e as *trandings*, visando à construção de infraestrutura de transporte para viabilizar o escoamento das safras; parcerias, fusões e aquisições entre empresas concorrentes ou complementares, fazendo surgir verdadeiros oligopólios; flexibilização e inovação constante dos produtos e dos mercados, mundialização da economia e formação dos blocos regionais (Frederico, 2009, p. 24).

É claro que tais mudanças não se materializam em todo o espaço agrário e seus diversos ramos e setores produtivos. Tais inovações e seu acesso e uso estão atrelados à posse de capital, acesso a sistemas de engenharia e de ações, portanto, dependem de uma série de fatores. É importante frisar que a atividade do agronegócio busca ganhar espaços providos de condições para suporte dos seus negócios, alterando quando necessário, a base produtiva, relações de trabalho, desterritorializando a agricultura de subsistência, comunidades quilombolas e indígenas, em alguns casos desencadeando vários conflitos no campo brasileiro. Assim, o sistema que se configura no campo é composto por:

grandes empresas multinacionais agroindustriais, o agronegócio, vão adquirindo um crescente poder mediante o controle de setores importantes do sistema agro-alimentício. No sistema, sustentado em commodities tais como a soja, não existem indícios de que vão ter espaço substancial os médios e pequenos produtores agropecuários ou as PYMES industriais, de comercialização ou de provisão de sementes e insumos agropecuários. As novas práticas tecnológicas - por exemplo, o plantio direto na produção da soja, conjuntamente com o uso massivo do glifosato como agrotóxico privilegiado para a eliminação de ervas nocivas à

lavoura – configuram parte de um sistema que favorece, sobremaneira, “economias com escala de produção” e, por conseguinte, “empresas agropecuárias” de maior tamanho que utilizam pouquíssima mão-de-obra. Trata-se de um sistema que se combina com “contratos por uma colheita”, de acordo com os pools de sementeira, centros comerciais financeiros que tratam a atividade agropecuária e o campesinato frente à expansão dos agronegócios na América Latina agroindustrial como “um negócio a mais”, independentemente das necessidades de produtores agropecuários, camponeses ou trabalhadores rurais (Teubal, 2005, p. 157).

Tal realidade de encontro de temporalidades distintas no caso do agronegócio e pequena produção e comunidades tradicionais pode gerar mudanças ou resistência, podendo agravar problemas como os conflitos no campo, exploração de mão-de-obra, entre outras questões.

Depreende-se, dessa forma, que o capital e sua lógica selecionam os espaços que lhes são pertinentes para garantir a sua produção e reprodução, desencadeando novas espacialidades. Tal dinâmica requer análise e reflexão, tendo em vista que as novas espacialidades e a formação de uma região funcional e do reger podem agravar desigualdades, promover mudanças significativas na organização do espaço. Essa remodelação do espaço pelo capital em seus diferentes níveis e setores, ou seja, a provisão de infraestrutura para a produção, circulação, distribuição e consumo - o ciclo produtivo - gera um novo ordenamento, novas relações campo e cidade, novas espacialidades.

A realidade agrária brasileira nas últimas décadas tem sido de contínuos conflitos no campo, seja pela expropriação da terra, contaminação dos recursos hídricos e restrição de uso, exploração do trabalho, seja pela violência física, ameaças, entre outros motivos. De um lado, a modernização do agronegócio ampliou suas áreas de plantio, rendimentos e investimentos em tecnologia de ponta. Por outro lado, os movimentos sociais têm lutado para garantia de trabalho, permanência e bem viver no campo (Oliveira, 2007).

A ampliação do agronegócio no campo brasileiro tem resultado em um processo de expropriação das terras e restrição de acesso à água ou mero direito de exercer suas práticas de trabalho de povos tradicionais, sejam indígenas, quilombolas, camponeses, entre outros (Fernandes, 2014). Os povos tradicionais são alvos de ameaças, violências e pressão para saírem dos seus territórios e possibilitarem a materialização do grande capital no campo. Segundo Campos (2015, p. 179):

a presença de populações tradicionais com suas formas características de trabalho, produção, relação social, religiosa, conjugadas a diferentes formas de uso comum, continua presente e com expressividade, o que caracteriza toda sociedade e economia com aspectos próprios, mas que vem sofrendo constatações (sic) pressão em decorrência da expansão, em toda região, e Nordeste como um todo, de novos interesses, plenamente acoplados à dinâmica capitalista regional, nacional e internacional. A expansão da produção de grãos no cerrado do Piauí esteve e está estreitamente ligada a importantes programas de investimentos públicos federais visando impulsionar a modernização do setor agropecuário e programas de pesquisas e inovações tecnológicas voltadas para essa cultura.

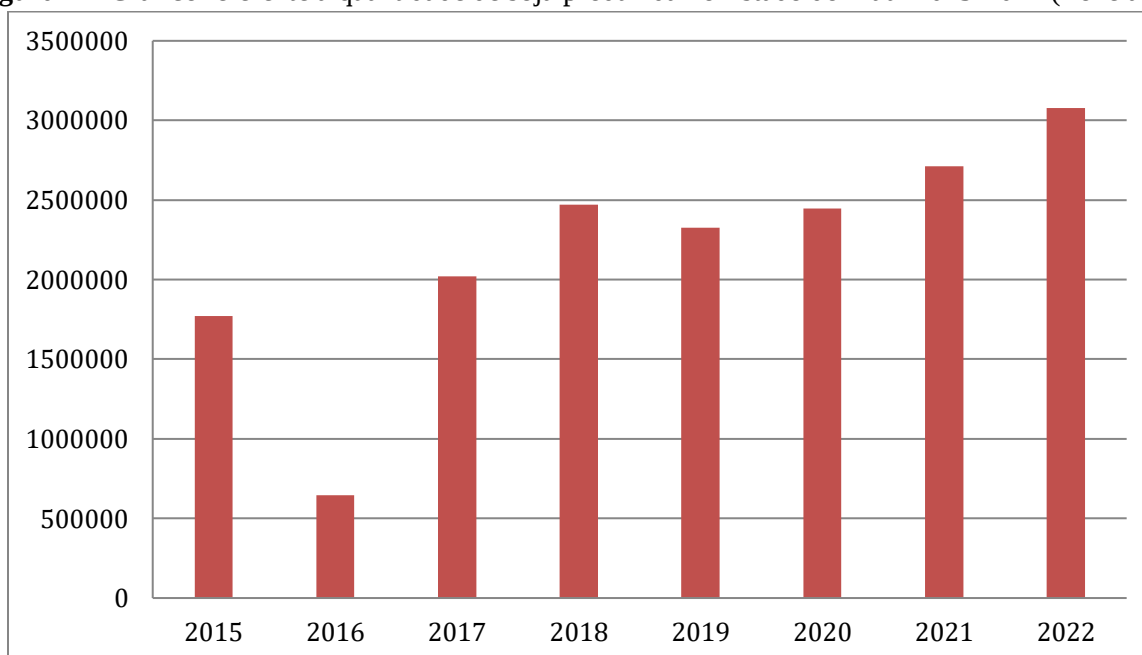
Diante desse cenário, surgem questionamentos: Quais conflitos estão presentes nas áreas da atividade produtiva do agronegócio de grãos no Piauí? Quais sujeitos sociais estão envolvidos nessas disputas territoriais? Quais implicações na produção do espaço nesses municípios e na vida desses piauienses?

A expansão do agronegócio de grãos no Estado do Piauí e a materialidade da cadeia produtiva nas últimas décadas tem desencadeado uma série de transformações socioespaciais no campo (Leal, 2013). A territorialização do capital no campo demanda grandes extensões de terras e água disponível para a concretização da atividade, acabando por ocasionar conflitos com as comunidades rurais existentes. Isso porque muitas dessas famílias não possuem títulos de posses de terras ou ainda pelo fato da atividade ocorrer em áreas limítrofes das comunidades, gerando vários impactos.

Nessa perspectiva, o agronegócio e sua cadeia produtiva em conjunto com as ações do Estado promovem a valorização das terras propícias aos cultivos de grãos (soja, milho, milheto, algodão, entre outros), ampliando o número de fazendas com produção, atraindo indústrias processadoras e todo um circuito produtivo.

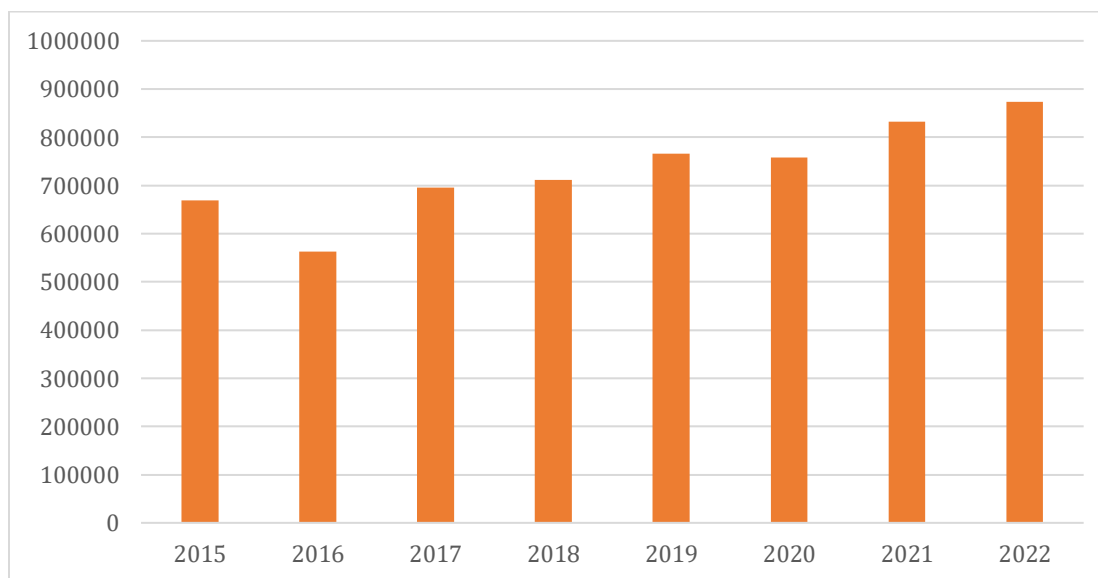
No período de 2015 a 2022 o Estado do Piauí ampliou a produção de grãos, prova disso é o crescimento da produção, ampliação da área plantada e o rendimento da produção em parte das fazendas já existentes, além do surgimento de novos empreendimentos em outros municípios tais como Tanque do Piauí e Guadalupe. Nesses sete anos, a produção de grãos de soja ampliou em 204.288 hectares de área plantada, bem como teve um significativo aumento de 1.304.763 toneladas produzidas. Apenas no ano de 2016 o rendimento das fazendas produtoras foi comprometido devido à ausência de chuvas, especialmente as safras de soja e milho, como mostra as Figuras 1 e 2 (SIDRA, 2024).

Figura 1 – Gráfico referente a quantidade de soja produzida no Estado do Piauí 2015-2022 (Toneladas)



Fonte: IBGE; SIDRA (2024).

Figura 2 – Gráfico relativo a área plantada (hectares) com soja no Estado do Piauí 2015 - 2022



Fonte: IBGE; SIDRA (2024).

Atualmente a região produtora de grãos no Piauí engloba os municípios: Agricolândia, Alvorada do Gurguéia, Antônio Almeida, Baixa Grande do Ribeiro, Barreiras, Boa Hora, Bom Jesus, Corrente, Cristalândia, Currais, Gilbués, Guadalupe, Landri Sales, Monte Alegre do Piauí,

Palmeira do Piauí, Palmeirais, Piracuruca, Porto Alegre do Piauí, Redenção do Gurguéia, Regeneração, Ribeiro Gonçalves, Santa Filomena, São Gonçalo do Piauí, São Pedro, Sebastião Barros, Sebastião Leal, Tanque do Piauí e Uruçuí. Segundo dados da Produção agrícola municipal elaborada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), no período de 2015 a 2022, o agronegócio de grãos no Estado do Piauí teve ampliação significativa, com destaque para os municípios de Baixa Grande do Ribeiro, Uruçuí, Ribeiro Gonçalves, Bom Jesus e Santa Filomena (Figuras 3 e 4).

Figura 3 - Fazenda produtora de Grãos município de Uruçuí-PI



Fonte: Autores (2013).

Figura 4 - Fazenda produtora de grãos em Sebastião Leal-PI



Fonte: Autores (2013).

Paralelo à atividade da produção das *commodities*, conforma-se uma rede de serviços de apoio à cadeia produtiva, no caso, empresas de consultoria especializadas no setor agropecuário, cujas atividades vão desde a produção à logística de transporte, armazenamento, comercialização na Bolsa de Mercadorias Futuros, programas e *softwares* necessários à atividade e à produção de livros, revistas e artigos sobre negócios, produtividade e demais temas relevantes ao agronegócio.

Cada vez é maior a dependência da informação técnica e financeira para a atividade do agronegócio, chegando a ser determinante, isso porque as negociações com a agroindústria ou com empresas ligadas às *commodities* nas Bolsas de Mercadorias e Futuros e o controle de qualidade dos produtos, entre outras etapas da realização da cadeia produtiva, dependem do uso de computadores, internet, além de programas específicos para tais atividades. O mercado demanda cada vez mais bens científicos aptos a viabilizarem a produtividade, a ampliação dos lucros e a garantia da qualidade da produção, em observância às normas internacionais.

A dinâmica da modernização agrícola e a consolidação de cadeias produtivas têm culminado em conflitos no território brasileiro, bem como impactos socioespaciais, tais como a expropriação de terras de comunidades tradicionais, contaminação de recursos hídricos com produtos químicos usados em lavouras, desmatamento e perda de biodiversidade, ameaças de morte, denúncia de trabalho análogo ao escravo, descumprimento de normas trabalhistas, entre outros.

Conflitos socioespaciais na região produtora de grãos do Piauí

A expansão do agronegócio de grãos e toda cadeia produtiva necessária para sua materialidade, a especulação fundiária, a valorização do espaço decorrente da reestruturação produtiva nos municípios do Piauí que integram o MATOPIBA, têm desencadeado conflitos por terra e água com famílias desses territórios. Tais conflitos decorrem de disputa entre comunidades tradicionais e fazendeiros, empresários da cadeia produtiva de grãos ou grileiros de terras que identificaram nessas áreas valorizadas uma oportunidade de lucro. O presente trabalho considerou comunidades tradicionais como:

Povos indígenas, quilombolas, camponeses, ribeirinhos, geraizeiros, vazanteiros, quebradeiras de coco, retireiros, comunidades de fundo de pasto, entre outros, estabeleceram relações de cooperação na natureza e, levando em consideração as características ambientais específicas, construíram os meios de vida e seus territórios de resistência (Souza, 2018, p. 196).

Durante a pesquisa informações noticiam que empresas e fundo de investimentos internacionais figuram entre atores envolvidos nesses conflitos. Segundo a CEDOC Dom Tomás Balduino – Comissão Pastoral da Terra (CPT) conflitos são

as ações de resistências e enfrentamento que acontece em diferentes contextos sociais no âmbito rural, envolvendo a luta pela terra, água, direitos e pelos meios de trabalho ou produção. Estes conflitos acontecem entre classes sociais, entre trabalhadores por causa da ausência ou má gestão de políticas públicas. (CEDOC-CPT 2018, p. 17)

O campo piauiense soma 228 conflitos no período de 2016 a 2023, sendo que 88% estão atrelados à posse da terra e ao uso e preservação das águas, enquanto os demais são decorrentes das obras da transnordestina, atividade minerária ou conflitos trabalhistas. Ao todo somam 6.442 famílias, o que equivale a 20.020 pessoas estimadas afetadas pelos conflitos no campo no Estado (CEDOC-CPT).

Dentre os conflitos citados, quantos estão presentes na região produtora de grãos? Quais as implicações? Quais principais categorias sociais em disputa pelos territórios?

A ampliação do agronegócio de grãos e sua cadeia produtiva no Piauí tem originado vários conflitos no campo, especialmente por terra e água. Tais conflitos são resultantes da apropriação de terras pelo agronegócio que antes eram utilizadas por famílias para coletar frutos, criar animais de forma extensiva, bem como diferentes usos. Nessa dinâmica de expropriação e apropriação,

O capital gera ao mesmo tempo o trabalhador livre para ser explorado e a terra para ser apropriada. Este movimento de expropriação-apropriação mercadorização é recorrente no capitalismo. Nesta perspectiva, áreas de preservação ambiental, terras indígenas, quilombolas, de assentamentos rurais e de uso comum são obstáculos a serem removidos, visando ampliar a oferta de terras no mercado como parte do movimento do capital para se apropriar de terras, especialmente na América Latina e na África (Alentejano, 2022, p. 10).

Coibidas de não utilizar tais espaços e sem acesso a crédito e condições de permanecer no campo, parte das famílias migram para as cidades da região ou permanecem para trabalhar nas

fazendas ou outros postos de trabalho, deixando a pequena produção familiar e comprometendo seus costumes, alimentação e existência digna.

De acordo com dados dos Cadernos de conflitos no campo da Comissão Pastoral da Terra (CPT), nos últimos oito anos (2016 - 2023), os conflitos de terra e água (uso e preservação) estão presentes em números crescentes nas áreas da atividade produtiva do agronegócio de grãos no Estado do Piauí, totalizando 79 conflitos, o que equivale a 35% dos conflitos no campo no Estado.

Ainda segundo os Cadernos de conflitos no campo da CPT, entre os anos de 2016 e 2023 foram registrados 170 conflitos por terra no Piauí, ou seja, ações de resistência e enfrentamento pelo uso e posse da terra, mais especificamente na região produtora de grãos, representando 32% dos conflitos do Estado, com destaque para os municípios de Baixa Grande do Ribeiro, Bom Jesus, Gilbués e Santa Filomena (Tabela 1).

Tabela 1 – Conflitos no campo - Piauí (2016 - 2023)

Ano	Conflitos Em Geral	Conflitos Por Terra (Total)	Conflitos Por Água (Total)	Números De Famílias Afetadas	Números De Pessoas Estimadas
2016	40	34	1	1444	7313
2017	24	24	-	945	3.344
2018	36	27	09	1.217	5.759
2019	33	25	08	409	1.741
2020	21	18	-	439	1.799
2021	24	12	07	1.565	-
2022	17	15	02	147	810
2023	33	15	04	276	1.254
TOTAL	228	170	31	6.442	22.020

Fonte: CEDOC Dom Tomás Balduino – Comissão Pastoral da Terra (CPT) – 2016-2023. Elaboração: Autores (2023).

Registre-se, disputas por água, caracterizadas por impedimento de acesso à água, destruição e/ou poluição no Estado do Piauí. Parte desses conflitos pela água estão atrelados à contaminação de cursos d'água, compactação de áreas de nascentes, restrição de acesso, descarte inadequado de embalagens. Essas informações estão presentes em relatos nos documentários e relatórios utilizados como referência bibliográfica.

A violência contra a ocupação e a posse da terra no território piauiense nos últimos anos tem se materializado também através de ações repressivas, como tentativas ou ameaças de

expulsão, ameaças de despejo, famílias despejadas, famílias expulsas, pistolagem. Analisando os dados CEDOC Dom Tomás Balduino – Comissão Pastoral da Terra (CPT) – 2016-2023, referente aos conflitos no campo no Piauí, as categorias envolvidas nas ações de enfrentamento e resistência são: famílias de posseiros, assentados; pequenos proprietários; indígenas; sem-terra e ribeirinhos. Nesse período foram registradas, ainda, 18 ameaças de morte nas áreas de conflito, com destaque negativo para cinco municípios: Baixa Grande do Ribeiro, Bom Jesus, Santa Filomena e Gilbués.

Os referidos dados evidenciam a questão agrária no Piauí, havendo, pois, a necessidade de implementação de políticas de demarcação e regularização fundiária, bem como políticas públicas aptas a garantir condições mínimas e dignas para as comunidades tradicionais. Do contrário, os conflitos permanecerão e muitas famílias estão à margem dos seus direitos à vida.

É válido salientar a existência e execução de ações do projeto de Regularização Fundiária do Governo do Estado do Piauí, financiado pelo Banco Mundial, via Projeto Piauí Pilares do Crescimento e Inclusão Social. No entanto, requer pesquisas futuras para análise e reflexão sobre regularização de terras e políticas necessárias para fortalecimento da agricultura familiar, com condições de garantir soberania alimentar e demais direitos. Como citado acima, famílias envolvidas nos conflitos estão na condição de posseiros e carecem de documentos de concessão de posse.

Segundo a Missão internacional de investigação, realizada em 2017 na região do MATOPIBA, foram detectados impactos sociais e ambientais graves em sete comunidades tradicionais no sudoeste do Piauí, causadas pela expansão do agronegócio e especulação fundiária na região

graves consequências do desmatamento, da perda da biodiversidade e da contaminação generalizada do solo, da água e do gado por agrotóxicos. Além disso, o uso de violência contra líderes comunitários está aumentando, assim como as disputas por água, que são agravadas pelas mudanças nos padrões de chuva devido à degradação ambiental. Por fim, a população local está perdendo suas terras, o que causa a destruição de seus meios de subsistência, rupturas nas comunidades e insegurança alimentar e nutricional. Em muitos casos as pessoas se veem forçadas a migrar para as favelas nas grandes capitais. As mulheres são particularmente afetadas pelo processo em andamento de apropriações de terras e degradação ambiental, pois não conseguem mais coletar e processar as frutas silvestres do Cerrado, enquanto a presença de guardas armados e o uso de intimidação e violência física fazem com que seja impossível planejar uma vida familiar (Fian, 2018, p. 6).

O agronegócio de grãos e sua expansão territorial no Piauí degrada riquezas naturais e impossibilita a cultura tradicional de indígenas e pequenos agricultores rurais e assentados da reforma agrária. É notória na pesquisa realizada vários relatos sobre os resultados dessas disputas por território como: expropriação de terras das comunidades; grilagem; restrição do acesso a água; contaminação do solo e água por agrotóxicos; desmatamento que leva à insegurança alimentar e nutricional das famílias; violência e os conflitos. A principal implicação é a perda de direitos humanos, desterritorialização e êxodo rural (Fian, 2018). Ainda sobre as implicações:

A destruição dos recursos hídricos, o extermínio de animais silvestres, o desaparecimento de ervas, plantas medicinais e de algumas variedades de alimentos, a diminuição das produções de buriti, dentre outras frutas, combinados com a diminuição da disponibilidade de água e da fertilidade do solo e a desapropriação de terras para o plantio ou criação de animais, criou uma insuficiência na quantidade e qualidade dos alimentos nas comunidades visitadas. A destruição dos ecossistemas e da biodiversidade causa impactos negativos na diversidade nutricional das comunidades afetadas, que é algo fundamental para a realização do direito à alimentação adequada. (Fian, 2018, p. 76).

Interesses e projetos diferentes têm desencadeado conflitos sérios como ameaças de morte, limitação do direito de ir e vir, incêndios de residências populares, contaminação de recursos hídricos com produtos químicos, despejos, dentre outros que merecem atenção do poder público e órgãos de proteção aos direitos humanos.

Tal dinâmica produtiva é responsável por desmatamento com abertura de novas áreas produtoras, alteração do uso do solo, compactação do solo e contaminação pelo uso intensivo de defensivos agrícolas, tóxicos ao solo e às águas. Enfim, impactos que afetam o ambiente e o cotidiano das comunidades locais, uma vez que suas atividades de subsistência tem os recursos naturais como seu único meio de produção alimentar (agricultura, caça, pesca, coleta de frutos e plantas).

A territorialização da agricultura moderna de produção de grãos no Estado piauiense carrega consigo a desterritorialização de comunidades tradicionais por meio do seu poder de capital, o qual tenta, agressivamente, mudar o pensar e agir das comunidades locais, muitas vezes valendo-se da violência e repressão, com o intuito de expulsar as famílias.

Sobre as ameaças e impactos ambientais decorrentes da ampliação da fazenda ou abertura novas áreas produtoras via a ações de empresários ou investidores internacionais é comprovado nos documentários “Melancias” e “17 Sonhos e uma Cerca”, produzido pela CPT dentre outros

mecanismos de divulgação dessa triste realidade. Os relatórios da Comissão Pastoral da Terra e demais textos consultados nas mídias sociais revelam a existência de conflitos marcados pela violência, perda de direitos, perda de territórios, contaminação do solo e recursos de água por agrotóxicos, destruindo pequena produção de alimento das famílias, violação dos modos de vida, ou seja, comprometimento da soberania familiar das comunidades impactadas.

As famílias seguem no enfrentamento e realizando suas lutas. Nesses anos, foram realizadas manifestações buscando articular suas demandas com outros movimentos sociais, camponeses utilizando as redes sociais e mídias eletrônicas para realizar denúncias, produção de material audiovisual, artigos, cartas, dentre outras publicações CEDOC Dom Tomás Balduino – Comissão Pastoral da Terra (CPT) – 2016-2020.

Lutas e (re)existências são fundamentais para garantir direitos à terra, alimento, vida e condições de trabalho. As comunidades buscam articular junto a Rede social de Justiça e direitos Humanos, Comissão Pastoral da terra, sindicatos rurais e demais movimentos sociais do campo em prol dessas famílias impactadas pelo agronegócio.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O agronegócio brasileiro e sua complexa cadeia produtiva é defendido como gerador de desenvolvimento para o país e responsável pelo crescimento econômico e social. Diariamente os meios de comunicação noticiam o então “sucesso” do agronegócio do Brasil. Porém, em que consiste o desenvolvimento social alcançado pelo setor?

Os conflitos na região produtora de grãos são prova dos desafios e questões para debate e formulação de políticas públicas para regiões produtoras de grãos. No Piauí, os conflitos por terra e água envolvem as seguintes categorias: famílias de posseiros, assentados, pequenos proprietários, indígenas, sem-terra e ribeirinhos *versus* fazendeiros, grupos empresariais vinculados à cadeia produtiva de grãos, especuladores de terras, grileiros, políticos e grupos financeiros.

Diante de tantas inquietações provocadas pelas disputas com o agronegócio de grãos, as formas de luta e resistência dos povos camponeses piauienses se concretizam a partir da permanência no território, formação de movimentos sociais, sindicatos e coletivos, além da busca incessante perante as autoridades públicas responsáveis. Essas são as estratégias de luta e resistência pelo território, ações presentes na vida dessas comunidades do Estado do Piauí.

As marcas do mercado produtor de *commodities* como segregação, expropriação de territórios, êxodos rurais forçados, pobreza, crimes contra a pessoa humana e ao ambiente requerem maior atenção. Urge provocar a reflexão da produção do espaço agrário do Piauí decorrente da territorialização do agronegócio de grãos, eucalipto, atividade mineradora, parques de energia renováveis, entre outros, responsáveis por conflitos no campo e a perda de territórios do morador do campo.

O uso desordenado do solo, a ocupação de terras devolutas, bem como a grilagem de terras geraram conflitos, aumento do preço da terra, limitação do acesso às famílias de pequenos produtores e sérios impactos ambientais (Monteiro, 2002). Diante do cenário de expropriação da terra e demais impactos citados no trabalho, é oportuno destacar a importância e urgência de uma política fundiária ampla no Estado do Piauí, ou seja, reforma agrária e medidas que coíbam a grilagem de terra e ameaças das famílias em seus territórios tradicionais.

Existe uma preocupação entre os movimentos sociais e estudiosos da questão agrária sobre a contrarreforma agrária em curso no país, caracterizada pela paralisação das desapropriações; redução na criação de assentamentos rurais, titularização privada das terras de assentamentos, bem como o avanço da grilagem de terras (Alentejano, 2022).

Portanto, é salutar pesquisas futuras sobre o projeto de Regularização Fundiária do Governo do Estado do Piauí, financiado pelo Banco Mundial, via Projeto Piauí Pilares do Crescimento e Inclusão Social em curso, bem como o debate e entendimento da questão agrária do Piauí e o valor das políticas públicas para as famílias das comunidades tradicionais impactadas pelo agronegócio, empresas da cadeia produtiva, especulação e grilagem de terras.

Diante das considerações acima, conclui-se que é medida urgente a regularização dos territórios das famílias em situação de conflito, bem como a proteção necessária para garantir condições mínimas de dignidade, no sentido de que as famílias possam ter seus costumes e direitos respeitados, tais como seus direitos à terra, soberania alimentar e condições de trabalho, contribuindo, dessa forma, para a economia local.

REFERÊNCIAS

ALENTEJANO, Paulo. Contrarreforma agrária, violência e devastação no Brasil. **Trabalho Necessário**, Niterói, v. 20, n. 41, p. 1-30, jan./abr. 2022.

CAMPOS, Nazareno. Populações tradicionais e formas de uso comum. In: ALVES, Vicente (org.). **Modernização e regionalização nos cerrados do Centro-Norte do Brasil**. Rio de Janeiro: Consequência Editora, 2015. p. 165-197.

COMISSÃO PASTORAL DA TERRA - CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO DOM TOMÁS BALDUINO. **Conflitos no campo**: Brasil 2016. Goiânia: CPT Nacional, 2021. Disponível em: cptnacional.org.br. Acesso em: 12 jan. 2021.

COMISSÃO PASTORAL DA TERRA - CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO DOM TOMÁS BALDUINO. **Conflitos no campo**: Brasil 2017. Goiânia: CPT Nacional, 2021. Disponível em: cptnacional.org.br. Acesso em: 12 jan. 2021.

COMISSÃO PASTORAL DA TERRA - CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO DOM TOMÁS BALDUINO. **Conflitos no campo**: Brasil 2018. Goiânia: CPT Nacional, 2021. Disponível em: cptnacional.org.br. Acesso em: 12 jan. 2020.

COMISSÃO PASTORAL DA TERRA - CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO DOM TOMÁS BALDUINO. **Conflitos no campo**: Brasil 2019. Goiânia: CPT Nacional, 2021. Disponível em: cptnacional.org.br. Acesso em: 12 jan. 2021.

COMISSÃO PASTORAL DA TERRA - CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO DOM TOMÁS BALDUINO. **Conflitos no campo**: Brasil 2020. Goiânia: CPT Nacional, 2021. Disponível em: cptnacional.org.br. Acesso em: 12 jan. 2022.

COMISSÃO PASTORAL DA TERRA. **Melancias**. Comissão Pastoral da Terra (CPT). 22 out. 2019. You Tube Canal Comissão Pastoral da Terra. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=uTxD1MjhVhk>. Acesso em: 03 out. 2019.

CPT PIAUÍ. 17 sonhos e uma cerca. **You Tube CPT Piauí**. 30 mar. 2017. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=RFx4mgluXbc>. Acesso em: 03 out. 2021.

ELIAS, Denise. **Globalização e agricultura**: A região de Ribeirão Preto. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2003.

FERNANDES, Bernardo. *et al.* **Os usos da terra no Brasil**: debates sobre políticas fundiárias. São Paulo: Cultura acadêmica, 2014.

FIAN INTERNATIONAL, Rede Social de Justiça e Direitos Humanos e Comissão Pastoral da Terra (CPT). **Os custos ambientais e sociais dos negócios de terras**: o caso MATOPIBA, Brasil. [S.l.], 2018. Disponível em: <https://fianbrasil.org.br/wp-content/uploads/2018/08/Os-Custos-Ambientais-e-Humanos-do-Nego%CC%81cio-de-Terras-.pdf>. Acesso em: 12 jan. 2022.

FREDERICO, Samuel. **O novo tempo do Cerrado**: expansão dos fronts agrícolas e controle do sistema de armazenamento de grãos. 2009. Tese (Doutorado em Geografia Humana) - Programa de Pós-Graduação em Geografia Humana, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009.

JESUS, José Novais de. Do PRODECER ao MATOPIBA: Uma análise a partir das transformações da modernização da agricultura no Cerrado brasileiro. *In*: JESUS, José Novais de; SOUZA, Edevaldo Aparecido (org.). **Do PRODECER ao MATOPIBA: Consequências da modernização agrícola e as alternativas para o campesinato**. Goiânia: Vieira, 2018. p. 19-58.

LEAL, Manuela Nunes. **Agronegócio da soja no Piauí: região do fazer produtivo**. 2013. Tese (Doutorado em Geografia) – Núcleo de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2013.

MONTEIRO, Maria do Socorro Lira. **Ocupação do Cerrado piauiense: estratégias empresariais e especulação fundiária**. 2002. Tese (Doutorado em Economia) – Instituto de Economia, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2002.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino. **Modo de Produção Capitalista, Agricultura e Reforma Agrária**. São Paulo: Labur Edições, 2007.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço: Técnica e tempo, razão e emoção**. 4. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2012.

SOUZA, Murilo Mendonça Oliveira de. Agroecologia e resistência dos povos do Cerrado: biodiversidade e diversidade cultural na construção de territórios agroecológicos. *In*: JESUS, José Novais de; SOUZA, Edevaldo Aparecido (org.). **Do PRODECER ao MATOPIBA: Consequências da modernização agrícola e as alternativas para o campesinato**. Goiânia: Vieira, 2018. p. 195-225.

SPOSITO, Eliseu Savério. **Geografia e filosofia: contribuição para o ensino do pensamento geográfico**. São Paulo: Editora UNESP, 2004.

TEUBAL, Miguel. O campesinato frente à expansão dos agronegócios na América Latina. *In*: PAULINO, Eliane Tomiasi; FABRINI, João Edimilson (org.). **Campesinato e territórios em disputa**. São Paulo: Expressão Popular, 2008. p. 139-160.